

N° 4177.

---

**BRÉSIL ET URUGUAY**

Convention pour le développement  
du tourisme. Signée à Montevideo,  
le 20 décembre 1933.

---

**BRAZIL AND URUGUAY**

Convention for the Development of  
Tourist Traffic. Signed at Mon-  
tevideo, December 20th, 1933.

TEXTE PORTUGAIS. — PORTUGUESE TEXT.

Nº 4177. — CONVENIO <sup>1</sup> ENTRE O BRASIL E A REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY PARA O FOMENTO DO TURISMO. ASSINADO EM MONTEVIDEO EM 20 DE DEZEMBRO DE 1933.

*Textes officiels portugais et espagnol communiqués par l'envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire des Etats-Unis du Brésil à Berne. L'enregistrement de cette convention a eu lieu le 8 septembre 1937.*

A REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL e A REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY, convencidas de que o turismo de seus nacionaes muito pode contribuir para a maior approximação de seus povos, dando-lhes a conhecer não só suas condições de vida, como igualmente permittindo, pelo contacto mais assiduo, uma melhor comprehensão de seus mutuos interesses, resolveram celebrar um Convênio para o formento do turismo e, com esse fim, nomearam seus Plenipotenciarios :

O CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL :

Ao Senhor Doutor Afranio DE MELLO FRANCO, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e

O PRESIDENTE DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY :

Ao Senhor Doutor Alberto MAÑÉ, Ministro das Relações Exteriores ;

Os quaes, depois de se communicarem os respectivos Plenos Poderes que foram achados em boa e devida forma, convieram no seguinte :

*Artigo Primeiro.*

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Republica Oriental do Uruguay se compromettem a providenciar para a suppressão de qualquer imposto ou taxa que grave a sahida ou a entrada de turistas procedentes dos seus paizes.

*Artigo II.*

Cada uma das Partes contractantes providenciará, em consequencia, para que os nacionaes da outra, de ambos os sexos e de qualquer idade que não sejam immigrantes e procedam directamente do territorio do seu paiz de origem, possam penetrar no seu territorio, munidos apenas de passaporte nacional valido, acompanhado tão sómente dos documentos sanitarios.

§ 1º. Tanto os passaportes, individuaes ou collectivos como os demais documentos dos turistas, serão visados gratuitamente pela autoridade consular.

§ 2º. Só excepcionalmente poderão as autoridades consulares exigir outros documentos, quando tiverem razões para suspeitar que o portador do passaporte é indesejaval, segundo as leis do paiz a que se destina.

<sup>1</sup> L'échange des ratifications a eu lieu à Rio de Janeiro, le 21 juillet 1937.

TEXTE ESPAGNOL. — SPANISH TEXT.

Nº 4177. — CONVENIO<sup>1</sup> ENTRE EL BRASIL Y LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY PARA EL FOMENTO DEL TURISMO. FIRMADO EN MONTEVIDEO, EL 20 DE DICIEMBRE DE 1933.

*Portuguese and Spanish official texts communicated by the Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of the United States of Brazil at Berne. The registration of this Convention took place September 8th, 1937.*

LA REPÚBLICA O. DEL URUGUAY y LA REPÚBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL, convencidas de que el turismo de sus nacionales mucho puede contribuir para la mayor aproximación de sus condiciones de vida como permitiendo igualmente, por el contacto más asiduo, una mejor comprensión de sus mutuos intereses, resolvieron celebrar un Convenio para el fomento del turismo y, con ese fin, nombraron sus Plenipotenciarios :

EL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA O. DEL URUGUAY :

Al Señor Doctor Alberto MAÑÉ, Ministro de Relaciones Exteriores, y

EL JEFE DEL GOBIERNO PROVISORIO DE LA REPÚBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL :

Al Señor Doctor Afranio DE MELLO FRANCO, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

Los cuales, después de comunicarse los respectivos Plenos Poderes, que fueron encontrados en buena y debida forma, convinieron en lo siguiente :

*Artículo Primero.*

El Gobierno de la República O. del Uruguay y el Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil se comprometen a gestionar la supresión de cualquier impuesto o tasa que grave la salida o entrada de turistas procedentes de sus países.

*Artículo II.*

Cada una de las Partes contratantes tomará, en consecuencia, las providencias necesarias para que los nacionales de la otra, de ambos sexos, y de cualquier edad, que no sean inmigrantes y procedan directamente del territorio de su país de origen, puedan penetrar en su territorio munidos solamente de su pasaporte nacional válido, acompañado sólo de los documentos sanitarios ;

1º. Tanto los pasaportes, individuales o colectivos, como los demás documentos de los turistas serán visados gratuitamente por la autoridad consular.

2º. Sólo excepcionalmente podrán las autoridades consulares exigir otros documentos, cuando tuvieren razones para sospechar que el portador del pasaporte es indeseable, según las leyes del país a que se destina.

<sup>1</sup> The exchange of ratifications took place at Rio de Janeiro, July 21st, 1937.

§ 3º. Tal exigencia não poderá, entretanto, ser feita, em caso algum, quando se tratar de pessoa que exerça alto cargo publico, ou de elevada representação social, ou apresentada por qualquer entidade turistica de reconhecida idoneidade.

§ 4º. O « visto » do passaporte de turista, que tem preferencia sobre qualquer outro acto consular, e que poderá ser concedido independentemente da presença, no Consulado, do portador do passaporte, será valido por tres mezes, findos os quaes poderá ser ainda renovado pelo prazo maximo de tres mezes, pela policia do lugar onde se achar o turista, a qual, por sua vez, poderá pedir o « visto » prévio das autoridades consulares no paiz que emittiu o passaporte.

§ 5º. Cada passaporte de turista levará, em lugar visivel, ao lado do « visto », a indicação, com carimbo, da palavra *Turista*.

§ 6º. Os pedidos de « visto » para taes passaportes poderão ser feitos por intermedio das companhias de navegação ou agencias de turismo, ás quaes os Consulados fornecerão as formulas impressas necessarias, dispensando-se, igualmente, para taes pedidos, as photographias exigidas para os demais.

### Artigo III.

Cada uma das Partes Contractantes reconhece o direito de livre transito, por todo o territorio de jurisdicção federal, estadual ou provincial e municipal, dos vehiculos de turismo da outra Parte.

Os governos dos dois paizes providenciarão junto aos governos e autoridades dos Estados o provincias e municipios respectivos, para o cumprimento dos compromissos decorrentes deste artigo e do artigo 1º deste Convenio.

Paragrapho unico. O uso e a regulamentação de uma chapa internacional para os automoveis e de uma carteira internacional de automobilista serão objecto de posterior ajuste entre as organizações automobilisticas dos dois paizes.

### Artigo IV.

Os governos dos dois paizes se obrigam a favorecer um accôrdo subsidiario do presente Convenio, para regular o transito de aviões e dirigiveis com passageiros e correspondencia, exclusivamente.

### Artigo V.

Subsidiariamente a este Convenio e afim de facilitar sempre o intercambio turistico, realizar-se-á, com a possivel brevidade, uma conferencia de technicos aduaneiros dos dois paizes para combinar as bases de um regime aduaneiro similar, relativo ás bagagens de turistas dos paizes contractantes.

### Artigo VI.

No sentido de incrementar o movimento turistico entre os dois paizes, e, de um modo geral, facilitar o cumprimento dos compromissos decorrentes deste Convenio, os dois governos poderão, cada qual, recorrer á collaboração das organizações de turismo dos seus paizes.

O Governo do Brasil envidará seus esforços para promover a federação das organizações turisticas do paiz, ou poderá aceitar, nesse character, alguma das organizações já existentes.

O Governo da Republica Oriental do Uruguay considera que a essa finalidade corresponde á Comissão Nacional de Turismo, com séde em Montevidéo.

### Artigo VII.

Qualquer Estado americano que o desejar, poderá adherir a este Convenio communicando esse seu proposito ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica Oriental do Uruguay. Cada

3º. Tal exigencia no podrá, entretanto, ser hecha, en ningún caso, cuando se trate de persona que ejerza alto cargo público, o de elevada representación social, o presentada por cualquier entidad de turismo de reconocida idoneidad.

4º. La visación del pasaporte de turista, que tiene preferencia sobre cualquier otro acto consular y que podrá ser concedida independientemente de la presencia, en el Consulado, del portador del pasaporte, será válida por tres meses, después de los cuales podrá todavía ser renovada por un plazo máximo de tres meses, por la policía del lugar en que se encuentra el turista, la cual, a su vez podrá pedir la visación previa de las autoridades consulares del país que emitió el pasaporte.}

5º. Cada pasaporte de turista llevará en lugar visible, al alto de la visación, la indicación, con sello, de la palabra *Turista*.

6º. Los pedidos de visación para tales pasaportes podrán ser hechos por intermedio de las compañías de navegación o agencias de turismo a las cuales los Consulados suministrarán las formulas impresas necesarias, dispensándose, igualmente, para tales pedidos, las fotografías exigidas para los demás.

### Artículo III.

Cada una de las Partes contratantes reconoce el derecho de libre tránsito por todo el territorio de jurisdicción federal, estadual, provincial y municipal de los vehículos de turismo de la otra Parte.

Los gobiernos de los dos países gestionarán de los gobiernos y autoridades de los Estados o provincias y municipios respectivos el cumplimiento de los compromisos derivados de este artículo y del artículo I de este Convenio.

Párrafo único. El uso y la reglamentación de una chapa internacional para los automóviles, y de una Cédula Internacional de automovilista serán objeto de posterior ajuste entre las organizaciones automovilísticas de los dos países.

### Artículo IV.

Los gobiernos de los dos países se obligan a propiciar un acuerdo subsidiario del presente Convenio para reglamentar el tránsito de aviones y dirigibles, con pasajeros y correspondencia exclusivamente.

### Artículo V.

Subsidiariamente a este Convenio y a fin de facilitar siempre el intercambio turístico, se realizará a la brevedad posible una conferencia de técnicos aduaneros de ambos países para combinar las bases de un régimen aduanero similar relativo a los equipajes de turistas de los países contratantes.

### Artículo VI.

Con el fin de fomentar el movimiento turístico entre los dos países y, de un modo general, facilitar el cumplimiento de los compromisos derivados del presente Convenio, los dos gobiernos podrán, cada cual, recurrir a la colaboración de los organismos de turismo de sus países.

El Gobierno del Brasil se esforzará para promover la federación de los organismos turísticos del país o podrá aceptar, en ese carácter, cualquiera de los organismos ya existentes.

El Gobierno de la República Oriental del Uruguay considera que a esa finalidad corresponde la Comisión Nacional de Turismo con asiento en Montevideo.

### Artículo VII.

Cualquier Estado americano que lo desee podrá adherir a este Convenio, comunicando su propósito al Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Cada

adhesão só se fará effectiva depois de com ella se manifestarem de accôrdo os Governos da Republica dos Estados Unidos do Brasil e dos outros Estados que, na occasião, sejam parte neste Convenio.

*Artigo VIII.*

O presente Convenio será ratificado e suas ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro, D. F., dentro do mais breve prazo possível, continuando elle em vigor indefinidamente até ser denunciado por uma das partes contractantes, com seis mezes de antecedencia.

Em fé do que, os Plenipotenciarios acima referidos assignaram o presente Convenio, em dois exemplares, nas linguas portugueza e hespanhola, e lhes appuzeram os seus respectivos sellos, em Montevidéo, aos vinte dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e trinta e tres.

(L. S.) A. DE MELLO FRANCO.

(L. S.) Alberto MAÑÉ.

É copia authentica :

Secretaria de Estado das Relações Exteriores.  
Rio de Janeiro, D. F., em 14 de Agosto de 1937.

R. Mendes Gonçalves,

*Chefe do Serviço dos Limites e Actos Internacionaes.*

adhesión solamente se hará efectiva después de que con ella se manifestaren de acuerdo los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Bresil y de los otros Estados que, en esa ocasión, sean parte en este Convenio.

*Artículo VIII.*

El presente Convenio será ratificado y sus ratificaciones se canjearán en la ciudad de Rio de Janeiro dentro del más breve plazo posible, continuando él en vigor indefinidamente hasta ser denunciado por una de las Partes contratantes, con seis meses de anticipación.

En fe de lo cual, los Plenipotenciarios arriba referidos firmaron el presente Convenio, en dos ejemplares, en las lenguas española y portuguesa, y les pusieron sus respectivos sellos, en Montevideo a los veinte días del mes de diciembre del año mil novecientos treinta y tres.

(L. S.) Alberto MAÑÉ.

(L. S.) A. DE MELLO FRANCO.

É copia authentica :

Secretaria de Estado das Relações Exteriores.  
Rio de Janeiro, D. F., em 14 de Agosto de 1937.

R. Mendes Gonçalves,  
*Chefe do Serviço dos Limites e Actos Internacionaes.*

<sup>1</sup> TRADUCTION.

N<sup>o</sup> 4177. — CONVENTION ENTRE LE BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY POUR LE DÉVELOPPEMENT DU TOURISME. SIGNÉE A MONTEVIDEO, LE 20 DÉCEMBRE 1933.

LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY et LA RÉPUBLIQUE DES ETATS-UNIS DU BRÉSIL, convaincues que le tourisme de leurs ressortissants peut contribuer beaucoup à un plus grand rapprochement de leurs peuples, non seulement en leur faisant connaître leurs conditions de vie, mais encore en permettant, par un contact plus suivi, une compréhension meilleure de leurs intérêts mutuels, ont résolu de conclure une convention pour le développement du tourisme et ont à cette fin nommé leurs plénipotentiaires, à savoir :

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY :

Le D<sup>r</sup> Alberto MAÑÉ, ministre des Affaires étrangères ; et

LE CHEF DU GOUVERNEMENT PROVISOIRE DE LA RÉPUBLIQUE DES ETATS-UNIS DU BRÉSIL :

Le D<sup>r</sup> Afranio DE MELLO FRANCO, ministre d'Etat aux Affaires étrangères ;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit :

*Article premier.*

Le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay et le Gouvernement de la République des Etats-Unis du Brésil s'engagent à pourvoir à la suppression de tout impôt ou taxe grevant la sortie ou l'entrée de touristes venant de leurs pays.

*Article II.*

En conséquence, chacune des Parties contractantes prendra les mesures nécessaires pour que les ressortissants de l'autre, des deux sexes et de tout âge, qui ne sont pas des émigrants et qui arrivent directement de leur pays d'origine, puissent pénétrer sur son propre territoire, munis seulement de leur passeport national valide, uniquement accompagné des certificats sanitaires.

1<sup>o</sup> Les passeports, individuels ou collectifs, ainsi que les autres pièces des touristes seront visés gratuitement par l'autorité consulaire.

2<sup>o</sup> Exceptionnellement, les autorités consulaires pourront exiger d'autres pièces lorsqu'elles auront des raisons de soupçonner que le porteur du passeport est indésirable selon les lois du pays dans lequel il se rend.

3<sup>o</sup> Toutefois, ces pièces ne pourront être exigées en aucun cas lorsqu'il s'agira d'une personne exerçant une haute charge publique, ou occupant un rang social élevé, ou présentée par quelque institution de tourisme reconnue.

4<sup>o</sup> Le visa du passeport de touriste, qui aura la priorité sur tout autre acte consulaire et qui pourra être accordé même si le porteur du passeport ne se présente pas en personne au consulat, aura une validité de trois mois ; passé ce délai, il pourra être renouvelé

<sup>1</sup> Traduit par le Secrétariat de la Société des Nations, à titre d'information.



<sup>1</sup> TRANSLATION.

No. 4177. — CONVENTION BETWEEN BRAZIL AND THE ORIENTAL REPUBLIC OF URUGUAY FOR THE DEVELOPMENT OF TOURIST TRAFFIC. SIGNED AT MONTEVIDEO, DECEMBER 20TH, 1933.

---

THE ORIENTAL REPUBLIC OF URUGUAY and THE REPUBLIC OF THE UNITED STATES OF BRAZIL, being convinced that touring by their nationals may greatly contribute towards drawing their peoples more closely together, not only by mutually acquainting them with their respective conditions of living but also by making possible, through more frequent contact, a better comprehension of their mutual interests, have resolved to conclude a Convention for the development of tourist traffic and have, for that purpose, appointed as their Plenipotentiaries :

THE PRESIDENT OF THE ORIENTAL REPUBLIC OF URUGUAY :

Dr. Alberto MAÑÉ, Minister for Foreign Affairs ;

THE HEAD OF THE PROVISIONAL GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF THE UNITED STATES OF BRAZIL :

Dr Afranio DE MELLO FRANCO, Minister of State for Foreign Affairs ;

Who, having communicated their full powers, found in good and due form, have agreed as follows :

*Article I.*

The Government of the Oriental Republic of Uruguay and the Government of the Republic of the United States of Brazil undertake to adopt measures for the abolition of all taxes and charges levied on the departure or entry of tourists from either of their countries.

*Article II.*

Each of the Contracting Parties shall accordingly adopt the necessary measures to enable nationals of the other Party, of either sex and of any age, who are not emigrants and who arrive direct from the territory of their country of origin, to enter its own territory on presentation of a valid national passport only, accompanied solely by health certificates :

1. The passports, individual or collective, and also the other documents of tourists, shall receive the visa of the consular authority free of charge.

2. In exceptional cases only, the consular authorities may require other documents when they have reason to suspect that the bearer of the passport is undesirable according to the laws of the country to which he is going.

3. Such papers shall, however, in no case be required in respect of a person holding high public office or of high social status or introduced by any approved tourist association.

4. The visa of a tourist passport, which shall have priority over any other consular document and which may be granted without the bearer of the passport appearing in person at the consulate, shall be valid for three months, after which it may still be renewed

---

<sup>1</sup> Translated by the Secretariat of the League of Nations, for information.

pour une période maximum de trois mois par la police du lieu où se trouve le touriste ; celle-ci, de son côté, pourra exiger le visa préalable des autorités consulaires du pays qui a délivré le passeport.

5° Tout passeport de touriste portera bien visiblement au-dessus du (à côté du) visa l'indication *touriste* avec cachet.

6° Les demandes de visa pour ces passeports pourront être faites par l'intermédiaire des compagnies de navigation ou des agences de tourisme, auxquelles les consulats fourniront les formules imprimées nécessaires, ces demandes étant dispensées des photographies exigées pour les autres.

#### Article III.

Chacune des Parties contractantes reconnaît aux véhicules de tourisme de l'autre Partie le droit de libre transit par tout le territoire relevant de la juridiction fédérale, de celle des Etats, des provinces et des municipalités.

Les gouvernements des deux pays prendront les mesures nécessaires pour obtenir des gouvernements et autorités des Etats, provinces et municipalités respectifs l'observation des engagements découlant du présent article et de l'article premier de la présente convention.

Paragraphe unique. L'emploi et la réglementation d'une plaque d'identité internationale pour les automobiles et d'une carte internationale d'automobiliste feront l'objet d'un arrangement ultérieur entre les organisations d'automobilistes des deux pays.

#### Article IV.

Les gouvernements des deux pays s'engagent à favoriser la conclusion d'un accord complémentaire à la présente convention pour réglementer le transit des avions et des dirigeables transportant exclusivement des passagers et du courrier.

#### Article V.

Accessoirement à la présente convention et afin de faciliter encore les échanges touristiques, une conférence d'experts douaniers des deux pays se réunira dans le plus bref délai possible pour établir les bases d'un régime douanier identique pour les bagages des touristes des pays contractants.

#### Article VI.

Afin de développer le mouvement touristique entre les deux pays et, d'une manière générale, de faciliter l'observation des engagements découlant de la présente convention, les deux gouvernements pourront, chacun de son côté, recourir à la collaboration des organisations de tourisme de leur pays.

Le Gouvernement du Brésil s'efforcera de réaliser la fédération des organisations touristiques du pays, ou il pourra agréer à ce titre l'une quelconque des organisations déjà existantes.

Le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay estime que la Commission nationale de tourisme, qui a son siège à Montevideo, répond à cette fin.

#### Article VII.

Tout Etat américain qui le désirerait peut adhérer à la présente convention, en avisant de son intention le Ministère des Affaires étrangères de la République orientale de l'Uruguay. Aucune

for a period not exceeding three months by the police of the place where the tourist happens to be. The police may, in their turn, require a previous visa by the consular authorities of the country which issued the passport.

5. Every tourist passport shall bear in a clearly visible place beside the visa the word *Tourist* with a stamp.

6. Applications for visas for such passports may be made through steamship companies or tourist agencies which the consulates shall supply with the necessary printed forms and, in respect of such applications, the photographs required in other cases shall not be necessary.

#### *Article III.*

Each of the Contracting Parties shall accord to tourist vehicles of the other Party the right of free transit throughout the whole of the territory within the Federal, state, provincial and municipal jurisdiction.

The Governments of the two countries shall take the necessary measures to ensure that the Governments and authorities of the respective States, provinces and municipalities fulfil the obligations arising out of the present Article and out of Article I of the present Convention.

Note : The use of international identity plates for motor vehicles and of an international certificate for motorists, together with the regulations relating thereto, shall be the subject of a subsequent agreement between the automobile organisations of the two countries.

#### *Article IV.*

The Governments of the two countries undertake to further the conclusion of a supplementary agreement to the present Convention for the purpose of regulating the transit of aeroplanes and airships carrying only passengers and mails.

#### *Article V.*

As supplementary to the present Convention and in order further to facilitate tourist traffic, a conference of Customs experts from both countries shall be held as soon as possible for the purpose of determining the bases of a similar Customs system in respect of the baggage of tourists from the contracting countries.

#### *Article VI.*

With the object of encouraging tourist traffic between the two countries and, in general, of facilitating the fulfilment of the undertakings arising out of the present Convention, each of the two Governments may have recourse to the collaboration of the tourist organisations of their countries.

The Government of Brazil will endeavour to promote the federation of the tourist organisations of the country or it may, for the purpose in question, approve any one of the already existing organisations.

The Government of the Oriental Republic of Uruguay approves, for this purpose, the National Tourist Traffic Commission, which has its headquarters at Montevideo.

#### *Article VII.*

Any American State which so desires may accede to the present Convention by communicating its intention to the Ministry of Foreign Affairs of the Oriental Republic of Uruguay. No accession

adhésion ne deviendra effective avant que le Gouvernement de la République des Etats-Unis du Brésil et celui des autres Etats qui, à ce moment, seront parties à la présente convention, aient exprimé leur sentiment.

*Article VIII.*

La présente convention sera ratifiée, et les ratifications seront échangées à Rio de Janeiro dans le plus bref délai possible; elle demeurera en vigueur indéfiniment jusqu'au moment où l'une des Parties contractantes l'aura dénoncée, moyennant préavis de six mois.

En foi de quoi, les plénipotentiaires susmentionnés ont signé la présente convention en deux exemplaires, en langues espagnole et portugaise, et y ont apposé leurs cachets, à Montevideo, le vingt décembre mil neuf cent trente-trois.

(L. S.) Alberto MAÑÉ.

(L. S.) A. DE MELLO FRANCO.

shall become effective until the Governments of the Republic of the United States of Brazil and the other States which are at that time Parties to the present Convention have signified their agreement thereto.

*Article VIII.*

The present Convention shall be ratified and the ratifications thereof shall be exchanged at Rio de Janeiro as soon as possible. It shall remain in force for an indeterminate period until denounced by either Contracting Party at six months' notice.

In faith whereof the above-named Plenipotentiaries have signed the present Convention in duplicate, in the Spanish and Portuguese languages, and have thereto affixed their seals, at Montevideo, the twentieth day of December, on thousand nine hundred and thirty-three.

(L. S.) Alberto MAÑÉ.

(L. S.) A. DE MELLO FRANCO.

